

Livro Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula 04

**História do Brasil p/ Escola de Sargentos das Armas (EsSA) Com
Videoaulas - Pós-Edital**

Rosy Ellen Freire Viana Santos, Sergio Henrique

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.	2
1. Período Regencial (1831-1840)	3
2. O Avanço Liberal: A Regência de Antônio Diogo Feijó.	6
3. O Retorno Conservador e o Golpe da Maioridade.	8
4. Textos Complementares.	9
4.1. <i>A Guarda Nacional</i>	9
4.2. <i>Regência Una: A Eleição (1835)</i>	9
4.3. <i>A Regência de Feijó (1835-1837)</i>	10
4.4. <i>As Rebeliões Regenciais: A Ameaça à Unidade Política e Territorial</i>	10
5. Exercícios	12
6. Considerações Finais.	34



00. BATE PAPO INICIAL.

Olá futuro sargento, Selva! É com muita alegria que o recebo novamente para falarmos de *história*. Estudar as aulas anteriores é fundamental para que você possa compreender muitas das coisas que vamos tratar aqui. Leia com atenção seu texto de apoio, releia e pratique exercícios. Aos poucos o conteúdo básico vai ficar retido na sua memória. Claro que para isso é muito importante você fazer suas próprias anotações, ou em forma de resumo ou anotações nos exercícios, não importa, você escolhe. O importante é estudarmos bastante e nos concentrarmos nos estudos. Estimule sua disciplina e procure motivação pensando em seus sonhos. Bons estudos.



1. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840).

A primeira regência foi uma regência trina provisória (3 regentes, cada um de uma corrente política da época. Partido conservador, o liberal exaltado e o moderado) que em pouco tempo foi substituída por uma regência trina permanente. Foi um período curto, mas de grande importância. O Brasil passou por vários movimentos separatistas e o nosso território correu **risco de fracionamento**. Foi nesta época também que surgiram as assembleias provinciais (câmara dos deputados estaduais).

No mesmo ano da abdicação 1831 foi criada uma milícia em defesa da nação: **A Guarda Nacional**.



Ela teve muito trabalho pela frente com as revoltas regenciais. Além do quadro de instabilidade as tropas existentes no país em sua alta oficialidade eram ocupadas por portugueses e o país estava em um contexto de forte sentimento **antilusitano** (anti português), pois além dos oficialatos das armas os portugueses também eram grandes comerciantes e ocupavam altos cargos públicos.

Até na guarda nacional, os cargos de oficiais do exército eram ocupados por militares portugueses e a massa dos soldados e baixas patentes eram em geral pessoas consideradas vadias, viajantes errantes e indolentes, cuja sorte não se importava a ninguém. O serviço militar era considerado um castigo que era conhecido nos meios populares como “tributo de sangue”,

principalmente porque os métodos de recrutamento na época da guerra da cisplatina eram violentos e involuntários, quero dizer, as pessoas eram alistadas à força no exército. Em um contexto desse, de grande agitação política, que a Regência Trina Permanente criou, em agosto de 1831, a Guarda Nacional. **Ela não era parte do exército e não era submetido a ele.** Na lei previa um alistamento censitário, pois era necessário possuir certa posse. Passou a ser visto com uma forma de fugir do terrível alistamento militar, que era muito mal visto e temido pela maioria. De acordo com o historiador Flávio Henrique Saldanha:

"O serviço prestado pelos milicianos era gratuito e a Guarda Nacional foi requisitada para várias atividades. Além de reprimir revoltas e combater quilombos, os guardas eram solicitados para participar de procissões religiosas, patrulhar e escoltar presos. Essa prestação de serviços às vezes dava margem a reclamações. Nas épocas de colheita, quando mais braços eram necessários nas plantações, os guardas que eram escalados para vigiar cadeias ou escoltar presos implicavam ausência de mão de obra nas lavouras e no comércio, resultando em perigosa falta de suprimentos nas cidades. Requisições constantes, especialmente nas vésperas das eleições, geravam queixas por parte dos comandantes da milícia e dos presidentes de província. "Não se dá maior injustiça! Manuel João está todos os dias vestindo a farda. Ora pra levar presos, ora pra dar nos quilombos... É um nunca acabar", lamenta a personagem Maria Rosa, da peça O juiz de paz na roça (1838), de Martins Pena, sobre seu marido ter que servir à Guarda Nacional e perder o trabalho na lavoura."

Em 1834 os liberais moderados conseguiram uma grande conquista: a aprovação de uma lei chamada **Ato Adicional à constituição** promulgada em 1834. Este ato previa:

- ✓ **Criação de uma regência una** (que foi ocupada pelo Pe. Antônio Diogo Feijó). Era um padre de orientação liberal em várias de suas posições políticas, defendendo a maior autonomia das províncias e uma maior descentralização do poder. Em termos religiosos era defensor do fim do celibato ao clero. Perceba a grande influência da Igreja Católica, associada à Portugal desde as grandes navegações, uma união que durou até a proclamação da república. O cargo mais influente e poderoso do país, basicamente o regente governa no lugar do rei, ficou a cargo de um clérigo (pessoa pertencente ao clero).
- ✓ Uma maior **descentralização política**, que fundamentalmente era a proposta dos liberais.
- ✓ Criação das assembleias estaduais (deputados do estado para produzirem as leis da província).
- ✓ **Novo código de processo civil**, que descentralizava a justiça e estabelecia por exemplo a figura do "juiz de paz" que era escolhido por votação na comunidade local. Era uma descentralização jurídica que tinha profundos impactos na segurança pública. A guarda



nacional foi criada de forma que a defesa foi descentralizada, sobretudo por que seus integrantes passaram a ser apreciados pelos juízes de paz.



O que diferenciava um liberal de um conservador?

Basicamente ambos são membros da elite proprietária, são escravistas, senhores brancos que não executam trabalhos manuais. Os conservadores são defensores do centralismo e os liberais do federalismo. No primeiro caso defendem que todas as medidas importantes, que não forem possíveis de se resolver no âmbito local, das câmaras municipais, deveriam ser de competência da união, o governo central, que governaria por ordens diretas do Rio de Janeiro. Os liberais defendiam maior autonomia provincial, ou seja, uma assembleia legislativa estadual, para criar as leis localmente, juízes escolhidos localmente com defesa da ordem pública submetida aos poderes locais (descentralização da segurança). Uma avaliação que vale por todo o império, da regência à proclamação da república a regra geral era que basicamente eram a mesma coisa **“farinha do mesmo saco”** pois todos os interesses que de verdade representavam eram ligados ao latifúndio escravista. Suas propostas eram fundamentalmente ligadas à organização e gestão do Estado Nacional que naquela época encontrava-se ainda em construção e a independência era muito recente.

A independência era tão recente que alguns consideraram que verdadeiramente começava ali o império totalmente independente livre da influência portuguesa com um imperador nascido no Brasil e criado para o papel de reinar sobre uma nação em construção.



2. O AVANÇO LIBERAL: A REGÊNCIA DE ANTÔNIO DIOGO FEIJÓ.

- ✓ Maior autonomia para as províncias: Câmaras de deputados estaduais, novo código de processo civil (descentralizava a justiça) e a Guarda Nacional.



Durante a regência de Feijó eclodiram várias revoltas separatistas, como teve dificuldades de sufocá-las, então a guarda nacional foi criada como instrumento de defesa dos grandes proprietários rurais contra as revoltas populares e separatistas. Entre elas podemos citar:

- ✓ Cabanagem (PA)1835.
- ✓ Sabinada (Ba)1837.
- ✓ Balaiada (Ma) 1838.
- ✓ Farroupilha (RS) 1837.
- ✓ A Revolta do Malês na Bahia, que foi a revolta de africanos islâmicos que foram escravizados e levados para salvador.





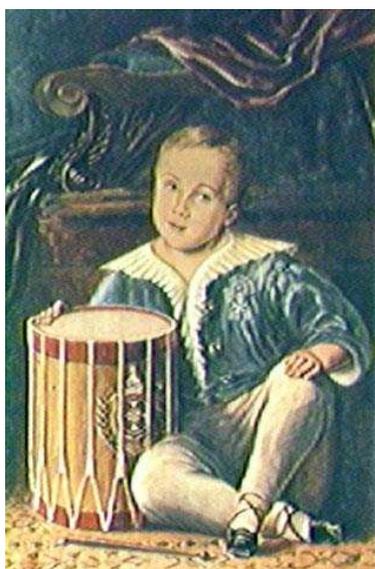
Guido Mondin. A Revolução Farroupilha Painel na Assembleia Legislativa do RS.

Foram revoltas separatistas e republicanas. A mais importante delas foi a Farroupilha que durou 10 anos e chegou a proclamar uma república independente. Para os políticos da época a onda de rebeliões ocorria devido à regência, então seria necessário empossar o príncipe (o que era dificultado pela sua idade).

Feijó é pressionado de todos os lados e é responsabilizado pelas revoltas regenciais, de que não era capaz de manter a estabilidade e que a instabilidade política daquele momento ocorria devido à ausência do rei, pois a ausência de um poder centralizador é o que estimulava as guerras civis separatistas e republicanas em curso. Feijó renunciou em favor de um conservador: Araújo Lima.

3. O RETORNO CONSERVADOR E O GOLPE DA MAIORIDADE.

Logo ao chegar ao poder, Araújo Lima criou o **ato de interpretação ao ato adicional** que limitava muitas medidas implantadas pelos liberais, que queriam retornar ao poder e pensaram em um golpe, que poderia colaborar com a estabilização do país: Coroar o príncipe. Passaram a fazer campanhas pela coroação de D. Pedro de Alcântara (na esperança de que ele montasse um gabinete liberal). Os conservadores não podiam fazer oposição, (como se opor ao rei?) E em 1840, com apenas 15 anos, foi coroado como imperador do Brasil com o nome D. Pedro II. Por um só dia a maioria penal diminuiu de 18 para 15 anos. Este foi o golpe da Maioridade.



Coroação de dom Pedro II, Manoel Araújo. Museu Nacional

4. TEXTOS COMPLEMENTARES.



4.1. A GUARDA NACIONAL

Em resposta às agitações militares e populares, foi criada a Guarda Nacional subordinada ao Ministério da Justiça, pela Lei de nº 8 de agosto de 1831. Seus membros eram recrutados nas grandes cidades, entre aqueles que possuíam renda igual ou superior a 200 mil-réis, e a 100 mil-réis nas demais cidades. Organizada por distrito, seus comandantes e oficiais locais eram escolhidos por eleição direta e secreta. Foi assim que o governo dos moderados equipou-se com uma força repressiva fiel e eficiente. Com instrumento de poder da aristocracia rural, sua eficiência foi testada com sucesso em 1831 e 1832, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, contra as rebeliões populares. Entregava-se assim, ao setor privado parte importante da responsabilidade de manutenção da ordem pública.

A rigor, depois do fracasso das revoltas de 12 e 13 de julho de 1831 (crise de julho), os moderados dominavam a situação e se afastaram tanto dos exaltados quanto dos Andrada, com os quais haviam se aliado temporariamente. Porém, a partir desse momento, começava a se falar abertamente na volta de D. Pedro I.

Esse foi o verdadeiro ponto de partida para a formação dos grupos dos restauradores. Diante do novo quadro que se desenhava, os moderadores agiram para implantar seu programa político.

4.2. REGÊNCIA UNA: A ELEIÇÃO (1835)

Na eleição da regência, em 7 de abril de 1835, concorreram dois candidatos: Diogo Antônio Feijó, ex-ministro da Justiça, e o pernambucano Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, um rico senhor de Engenho de Pernambuco que obteve apoio de Honório Hermeto Carneiro Leão, antigo moderado e agora líder regressista e de muitos ex-restauradores. Evaristo da Veiga, líder progressista, apoiou Feijó, que desfrutava de grande prestígio em Minas Gerais e na Província Fluminense.

Feijó venceu a eleição com 2828 votos contra 2251 dados a Holanda Cavalcanti. A vitória de Feijó representou a vitória dos progressistas. Porém, nas eleições legislativas do ano seguinte, venceram os regressistas.



4.3. A REGÊNCIA DE FEIJÓ (1835-1837)

Feijó tomou posse em 12 de outubro de 1835, num momento em que graves agitações sacudiam o país. A Cabanagem eclodiu no Pará e se expandiu rapidamente; no Rio Grande do Sul, a Farroupilha assumiu sérias proporções; na Bahia uma audaciosa rebelião dos escravos malês teve grande repercussão no país.

Em 1836, num discurso, Feijó disse o seguinte:

"Nossas instituições vacilam, o cidadão vive receoso, assustado; o governo consome o tempo em vãs recomendações. Seja ele responsabilizado pelos abusos e omissões: dai-lhe, porém, leis adaptadas às necessidades públicas; dai-lhe forças com que possa fazer efetiva a vontade nacional. O vulcão da anarquia ameaça devorar o Império; aplicai a tempo o remédio."

Em resposta, o deputado Rodrigues Torres referiu-se à necessidade de interpretar o Ato Adicional no sentido de restringir a descentralização e coibir as liberdades democráticas. Era o início do regressismo. A Câmara dos Deputados eleita em 1836 apoiava, em sua maioria, esse ponto de vista e colocou-se em oposição a Feijó.

O regente ignorou o Parlamento e não percebeu que, com a formação da ala regressista, estava nascendo um agrupamento político muito poderoso, que expressava o ponto de vista da elite dominante do país. Isolando-se, acabou por se enfraquecer politicamente. Além disso, cometeu a imprudência de entrar em conflito com a Igreja, sustentando posições favoráveis ao fim do celibato clerical e interferindo em suas questões internas.

Diante da oposição crescente e dos insucessos na repressão às revoltas do Pará e do Rio Grande do Sul, Feijó demitiu-se em 19 de setembro de 1837. A regência foi assumida interinamente por Araújo Lima, ministro de Feijó. O que parecia ser apenas uma troca de nomes no poder revelou-se um evento mais do que significativo: assinalou a ascensão política dos barões do café do vale do Paraíba - a poderosa facção da aristocracia rural do sudeste brasileiro que terminaria por "controlar o aparelho do Estado".

4.4. AS REBELIÕES REGENCIAIS: A AMEAÇA À UNIDADE POLÍTICA E TERRITORIAL

A Instabilidade Política

O processo de emancipação política caminhou em duas direções: a ruptura em relação à Metrópole e a organização do Estado. Resolvida a primeira, a tarefa seguinte dependia da definição do grupo social que ascenderia ao poder, de seu projeto político e de que forma este projeto seria implantado.

O eixo de gravitação política era o centro-sul, particularmente o Rio de Janeiro. Desde o período joanino, procurou-se adotar o centralismo político-administrativo e manter a economia escravista colonial.



Desse modo, as rebeliões regenciais tiveram dupla raiz: o empenho das camadas dominantes locais pela preservação da autonomia provincial e a luta das camadas populares para alterar o quadro social.

A abdicação de D. Pedro I e a menoridade de seu filho deixou um vazio político que o regime regencial se esforçou para preencher. De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período de “experiência republicana”, em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país. Tais conflitos demonstraram, por um lado, como a consolidação do Estado nacional brasileiro foi difícil, pois entre a elite não havia consenso e muito menos um projeto político claro para o país. Por outro, demonstram que os setores populares, embora aliados do poder, resistiram a essa condição.

Fonte: KOSHIBA, Luis e PEREIRA, Denize Manzy Frayze. História do Brasil no Contexto da História Ocidental. 8 ed. São Paulo; Atual, 2003.



5. EXERCÍCIOS



1. (EsSA-2018)

Qual importante medida administrativa foi tomada em 1834, realizada a partir da modificação na constituição brasileira?

- A) A Abertura dos Portos às nações amigas.
- B) A cidade do Rio de Janeiro tornou-se município neutro.
- C) A assinatura das Tarifas Alves Branco.
- D) A aprovação da Lei de Terras.
- E) Assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.

Comentários

Os deputados eleitos em 1833, com poderes constituintes, nomearam uma comissão para realizar as reformas constitucionais, integrada por três membros. As modificações foram votadas em 12 de agosto de 1834, e entre elas, estava a transformação da cidade do Rio de Janeiro em município neutro, separado da Província Fluminense, que tinha como capital a cidade de Niterói (Alternativa: B). Os erros das outras alternativas são: A Abertura dos Portos as Nações Amigas, em 1808, e a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra, em 1810, foram realizações de D. João. A Tarifa Alves Branco (amentou os impostos dos ingleses) foi assinada em 1844, durante o governo de D. Pedro II. A Lei de Terras entrou em vigor em 1850 (extinção das sesmarias e as terras passaram a ser vendidas em leilão público e à vista, também no governo de D. Pedro II).

Gabarito: B

2. (EsSA 2015)

A primeira constituição do Brasil, de 1824, estabelecia uma organização do sistema político em quatro poderes. Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havia o poder:

- A) Absoluto.
- B) Hierárquico.
- C) Moderador.
- D) Régio.
- E) Patriarcal.



Comentários

O quarto poder estabelecido pelo texto da Constituição de 1824 é o Moderador e que era representado pelo próprio imperador que possuía poderes absolutos. (Alternativa C). São 4 os poderes: Moderador, executivo, legislativo e judiciário e não existem os poderes referidos nas outras alternativas.

Gabarito: C

3. (EsSA 2012)

Em 1831, durante o Período Regencial, em resposta às agitações militares e populares, criou-se pelos moderados o (a)

- A) Guarda Nacional.
- B) Conselho de Estado.
- C) Clube da Maioridade.
- D) Regência Una de Feijó.
- E) Código do Processo Criminal.

Comentários

Para ser uma força repressiva e fiel da aristocracia rural para barrar as agitações, mantendo a ordem pública. Foi criada no contexto das revoltas separatistas durante a Regência do Padre Feijó.

Os erros das alternativas são:

- B) O Conselho de Estado era órgão de assessoria do imperador e extinto pelo Ato Adicional.
- C) O Clube da Maioridade foi fundado durante a Regência de Araújo Lima em 1840.
- D) A Regência Una de Feijó foi estabelecida em 1835.
- E) O Código do Processo Criminal instituído em 1832.

Gabarito: A

4. (EsSA 2011)

No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira, que tinha como características o(a)

- A) religião católica e voto universal.
- B) Poder Moderador e Senado vitalício.
- C) liberdade administrativa às províncias e voto censitário.
- D) magistrados nomeados pelo imperador e religião protestante.
- E) voto extensivo às mulheres e Poder Moderador.



Comentários

Uma das características marcantes da Constituição de 1824 foi à criação do quarto poder considerado a chave do regime: O Poder Moderador, privativo do imperador, e por outro lado a adoção de uma religião oficial, no caso a católica. Entre as prerrogativas reais, o imperador indicava os membros do senado, que era vitalício, e também os governadores de província. Podia dissolver a assembleia legislativa e o ministério quando bem entendesse.

Gabarito: B

5. (Col. Naval 2016)

Observe a charge a seguir:



É correto afirmar que a charge acima faz referência:

- A) à Constituição de 1824, na qual destacamos, entre outros aspectos, a criação do Poder Moderador de uso exclusivo do imperador que também era chefe do Legislativo e do Judiciário.
- B) ao período das Regências, mais precisamente a Regência Una do Padre Diogo Feijó a qual se caracterizou por ser de orientação mais liberal e descentralizadora.
- C) ao início do Segundo Reinado, quando D. Pedro II sobe ao poder, a partir de um arranjo político entre Liberais e Conservadores que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.
- D) ao período das Regências, destacando-se o momento da implantação da Regência Una que substitui a Regência Trina Provisória de 1831, tendo a frente o Padre Diogo Feijó.
- E) à convocação da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi dissolvida pelos Conservadores no que ficou conhecido como noite da agonia, por se tentar limitar os poderes do imperador.

Comentários

A charge apresenta o período **Regencial Brasileiro** (1831-1840), entre o Primeiro Reinado, de D. Pedro I, e o Segundo Reinado, de D. Pedro II. Com a abdicação de Pedro I em 1831 e a

impossibilidade de seu filho assumir o governo do país, passou-se a formar regências para administrar executivamente o Brasil. As regências são divididas, cronologicamente, em:

- Abril a julho de 1831: Regência Trina Provisória;
- 1831-1834: Regência Trina Permanente;
- **1835-1837: Regência Una do Padre Diogo Feijó; e**
- 1837-1840: Regência Una de Araújo Lima.

A regência de Diogo Feijó é marcada por revoltas de caráter **separatista** (como a Cabanagem e a Farroupilha) e pela **autonomia** das províncias, descentralizando-se o poder ao Governo Central, que originaria, a partir do Segundo Reinado, a formação do Partido Liberal.

Gabarito: B

6. (Col. Naval 2015)

Pernambuco foi um verdadeiro “barril de pólvora” ao longo da história política do Brasil, desde o período colonial até o Segundo Reinado. Pelas mais variadas razões e circunstâncias, ocorreram nesta região alguns movimentos de rebelião contra o sistema político vigente. Dentre esses diversos movimentos é correto afirmar que:

A) a Insurreição Pernambucana (1645-54) eclodiu em razão dos desentendimentos entre os luso-brasileiros e os holandeses devido à mudança na política econômica exercida pelo Conde Maurício de Nassau que proibiu a instalação das Câmaras dos Escabinos.

B) a Confederação do Equador ocorrida em 1824, e que se espalhou para várias regiões do nordeste, foi um movimento contrário ao absolutismo de D. Pedro I devido, sobretudo, à emenda constitucional conhecida como Ato Adicional.

C) a Revolução Pernambucana em 1817 foi um movimento que teve como uma das principais causas a contestação ao aumento da carga tributária, em parte para custear as despesas da corte Joanina no Rio de Janeiro.

D) a Guerra dos mascates (1710-1711) que envolveu a elite açucareira recifense e a elite comercial de Olinda eclodiu em razão do descontentamento dos mascates quanto à autonomia de Recife em relação à Olinda.

E) a Revolução Praieira (1848-1850) está inserida em um contexto de insatisfação em relação ao governo regencial devido à forte centralização imposta pelo partido Conservador.

Comentários

A questão discute fatos importantes da História de Pernambuco, desde período colonial até o Segundo Reinado (XVI-XIX). Quanto às alternativas, temos que:

A) **Incorreta.** Foi Nassau quem criou as Câmaras dos Escabinos, que representavam a população com o objetivo de incentivar a participação política nas decisões locais.

B) **Incorreta.** O Ato Adicional foi instituído em 1834 (ou seja, no Período Regencial), defendia a descentralização do Governo Central e contemplava o interesse dos políticos liberais.

C) **Correta.**



D) **Incorreta.** A Guerra dos Mascates opôs os Senhores de Engenho de Olinda aos Comerciantes de Recife.

E) **Incorreta.** A Revolução Praieira ocorreu entre 1848 e 1850, ou seja, já no Segundo Reinado. O Período Regencial ocorreu entre 1831 e 1840.

Gabarito: C

7. (Col. Naval 2014)

Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

A) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.

B) era um corpo de elite do Exército brasileiro, também conhecido como “Voluntários da Pátria” e que se tornou famoso devido à repressão aos cabanos.

C) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importante participação na consolidação da independência brasileira.

D) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.

E) foi criada pelo ministro da justiça Antonio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participar de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

Comentários

A **Guarda Nacional Brasileira** foi criada em 1831, no período regencial, com o intuito de se ter um grupo armado para aumentar a autonomia das províncias e reduzir a força do Exército, que possuía uma considerável participação na política do país.

Seus membros eram os cidadãos com direito ao voto. Dessa forma, seriam dispensados de servir ao Exército. A Guarda Nacional foi extinta apenas em 1922, pelo então Presidente do Brasil, Arthur Bernardes.

Gabarito: D

8. (Espcex (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:

A) liberais e conservadores.

B) conservadores e socialistas.

C) liberais e republicanos.

D) comunistas e republicanos.

E) liberais e anarquistas.



Comentários

Com a **abdicação** de D. Pedro I, em 1831, e a impossibilidade de seu filho, Pedro II, assumir o governo do país (pois o mesmo se encontrava com apenas cinco anos), o Brasil passou a ser governado, entre 1831 e 1840, por uma série de **regentes**, dentre os quais o mais conhecido foi o regente **Diogo Feijó** (que governou a Regência Una entre 1835 e 1837).

O período em que Feijó esteve governando é marcado por uma série de revoltas separatistas, tais como a Cabanagem e a Farroupilha, além da **autonomia** das províncias, passando-se a **descentralizar** o poder do Governo Central, o que daria origem, a partir do Segundo Reinado, ao Partido Liberal, em oposição ao Partido Conservador, que defendia a **centralização** do governo nas mãos do imperador. Por sua vez, Pedro II mantinha-se neutro entre os dois partidos, procurando sempre a conciliação entre ambos para que, dessa forma, ele mantivesse o apoio sempre que necessitasse.

Gabarito: A

9. (EsPCEx - Cadete do Exército / 2012)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes”.

(COTRIM, 2009).

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

Comentários

O excerto destaca a relevância do **Poder Moderador**, instituído a partir da Constituição de 1824 (outorgada por D. Pedro I), o qual dava plenos poderes de intervenção e veto ao Imperador. O Poder Moderador foi instituído com base nas ideias de **Benjamin Constant**, sendo que este Poder estava acima dos outros três: o Executivo, Legislativo e Judiciário.

Gabarito: A

10. (EsPCEx - Cadete do Exército / 2008)

De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período (...) em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país.”

(KOSHIBA; PEREIRA, 2003)



A cabanagem foi um dos conflitos ocorrido nesse período.

Assinale a alternativa que corresponde a tal conflito.

- A) Ocorreu no atual estado do Rio Grande do Sul, liderado pelos criadores de gado das fronteiras com o Uruguai.
- B) Foi planejado e contava com participantes que haviam tido experiências anteriores de combates na África, e objetivava promover a independência de Salvador e do Recôncavo Baiano.
- C) Foi um movimento conduzido por camadas populares do atual estado do Pará, que viviam marginalizadas na Região Amazônica.
- D) Foi uma rebelião contra o poder central, ocorrida na Bahia, e que contava com a camada média da sociedade baiana.
- E) Ocorreu no atual estado do Maranhão e foi conduzida por um grupo de vaqueiros que visava combater os privilégios dos cidadãos de origem portuguesa e o absolutismo de D. Pedro.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois o conflito que ocorreu no Rio Grande do Sul neste período foi a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos (1835-1845).

A alternativa B é falsa, pois o conflito aparentemente retratado nesta afirmativa é a Revolta dos Malês (1835), quando os escravos africanos de tradição muçulmana, orientados pela *jihad*, isto é, a luta religiosa, organizaram uma revolta que teve grande reação do governo, que os dizimou.

A alternativa C está correta. A revolução social dos cabanos explodiu em Belém do Pará, em 1835. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Contrastando com este cenário amplo, a Cabanagem normalmente é analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial (1831-1840) do Império do Brasil. Indígenas, negros de origem africana e mestiços perceberam lutas e problemas em comum. Esta identidade se assentava no ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades.

A alternativa D é falsa, pois o conflito que ocorreu em Salvador neste período foi a Sabinada (1837-1838), que teve como um de seus principais líderes o médico Francisco Sabino.

A alternativa E também é falsa, pois o conflito ocorrido no Maranhão neste período foi a Balaiada (1838-1841), que foi motivada pela crise na produção do algodão e foi conduzida por escravos e um grupo de vaqueiros das grandes fazendas.

(RICCI, 2007).

Gabarito: C



11. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2013)

Sobre a rebelião regencial conhecida por Cabanagem, marque a opção correta.

- A) A intenção mais pungente do movimento foi o fim do regime de semiescravidão imposto à Província do Grão-Pará.
- B) As perspectivas políticas e sociais dos cabanos e dos seus líderes tinham como espelho o governo regencial, embora pregassem a transferência do poder do Rio de Janeiro para o Pará.
- C) A rebelião fracassou pela ausência de um sentimento comum de identidade, já que os cabanos eram formados por povos de culturas e etnias diferentes.
- D) O movimento adquiriu ares revolucionários internacionais com a morte de autoridades diplomáticas e a possibilidade de invasão de territórios nas Guianas e no Caribe.
- E) Na sua prática, o movimento não conseguiu sair do território do Pará, devido à falta de unidade do projeto político pensado pelos seus líderes.

Comentários

Dentre algumas das características da Cabanagem, ocorrida no Grão-Pará entre 1835 e 1840, há um aspecto que se destaca acerca das relações diplomáticas: a **invasão** à residência do cônsul francês no Pará, Diniz Crouan. Félix Malcher (militar e político brasileiro) esperava encontrar ali refugiados do antigo regime, mas não localizou nenhum dos principais suspeitos. Por sua vez, o cônsul protestou oficialmente a seu país, passando a fixar-se em um navio de sua nacionalidade, ancorado em frente a Belém. Tal evento marca o começo de uma contenda diplomática, uma vez que a França reagiu a partir de sua colônia nas **Guianas**, invadindo o atual território do Amapá e mandando navios para a frente da baía do Guajará, em Belém.

Esta revolução se sustentava pela **aclamação popular** e tinha como bandeira a morte aos portugueses e aos maçons. Simultaneamente, os cabanos sofriam pressões internacionais e **mantinham** vínculos com o regime constitucional carioca, especialmente com o futuro Imperador Pedro II.

Gabarito: D

12. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2013)

Analise as afirmativas sobre a Constituição de 1824 e marque a opção correta.

- I. O texto constitucional considerou sagrada, inviolável e irresponsável a pessoa do Imperador.
- II. A constitucionalização da nação brasileira foi uma decorrência do respeito do Imperador à Assembleia Constituinte que se incumbiu da elaboração da Carta.
- III. A Constituição estabeleceu que todos os portugueses residentes no Brasil naquele momento seriam considerados brasileiros.

- A) Somente I é correta.
- B) Somente II é correta.



- C) Somente III é correta.
- D) Somente I e II são corretas.
- E) Somente I e III são corretas.

Comentários

A questão apresenta a **Constituição de 1824**, outorgada (**imposta**) por D. Pedro I, que concebia plenos poderes ao Imperador. Vamos às afirmações:

I. **Correta.** Através do Poder Moderador, o Imperador possuía uma ampla autonomia sobre as decisões tomadas, podendo vetar ou não, ao seu caráter, determinadas medidas que não lhe agradassem.

II. **Incorreta.** D. Pedro I **dissolveu** a Assembleia Constituinte de 1823 e outorgou a Constituição no ano seguinte.

III. **Incorreta.** De acordo com a Constituição de 1824:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

*IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil **na época, em que se proclamou a Independencia nas Províncias [1822] (GRIFO NOSSO)**, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.*

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

(Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm).

Gabarito: A

13. (EsFCEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2012)

Analise as afirmativas abaixo e marque a resposta correta.

- I. A Constituição brasileira de 1824, esquivando-se do federalismo, estabeleceu o sistema monárquico unitário para o País.
- II. A Confederação do Equador, cujo centro de gravidade foi a Província de Pernambuco em 1824, foi um movimento de reação ao processo de centralização comandado por D. Pedro I.
- III. A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador, foi facilmente aceita pelas regiões, pois eram frágeis as aspirações localistas naquele contexto político da história brasileira.



- A) Somente I é verdadeira.
- B) Somente II é verdadeira.
- C) Somente III é verdadeira.
- D) Somente I e II são verdadeiras.
- E) Somente II e III são verdadeiras.

Comentários

A questão trata de assuntos relacionados ao Primeiro Reinado Brasileiro (1822-1831), como a Constituição de 1824 e a Confederação do Equador. Vamos às afirmações:

I. **Correta.** As constituições elaboradas pelos países recém-independentes da América Latina foram escritas sob o princípio do **federalismo** (sistema de governo no qual os estados, em conjunto, formam uma nação, sendo que cada um deles detém certa autonomia), como no caso da Argentina. O Brasil não se encaixa neste cenário.

II. **Correta.** Movimento **revolucionário** e **separatista**, a revolta teve origem em Pernambuco e se direcionou a outros locais do Nordeste brasileiro, próximo à Linha do Equador (daí seu nome). De caráter popular, defendia-se a descentralização política imposta por D. Pedro I na Constituição de 1824, a redução da influência portuguesa no Brasil, dentre outros aspectos.

III. **Incorreta.** Não foi facilmente aceita pelas regiões, haja vista a revolta ocorrida em Pernambuco (Confederação do Equador) e a respectiva insatisfação das camadas populares.

Gabarito: D

14. (EsFCEX - Exército Brasileiro - Oficial / 2011)

O longo período regencial da monarquia brasileira (1831-1840) teve como um dos seus mais caros debates o que girou em torno das ideias e práticas de descentralização e de centralização. Assinale a opção que contém exclusivamente medidas de cunho descentralizador, considerando a expressiva maioria da opinião dos historiadores:

- A) Ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – Tribunal do Júri – habeas corpus.
- B) Ato Adicional – Lei de Interpretação do Ato Adicional – habeas corpus.
- C) Tribunal do Júri – ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – reforma do Código de Processo Criminal.
- D) Lei de Interpretação do Ato Adicional – Tribunal do Júri – reforma do Código de Processo Criminal.
- E) Ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – Tribunal do Júri – Interpretação do Ato Adicional.

Comentários

A questão remete ao Período Regencial (1831-1840) e algumas medidas que contribuíram para a descentralização política do Brasil.



Neste período, a importância das **prerrogativas** dos juízes de paz aumentou consideravelmente, sobretudo após o **Código de Processo Criminal** (1832), cuja primeira parte se referia à organização judiciária e que desconcentrava o poder de uma personalidade jurídica, tendo mantido nas províncias do Império as divisões em distritos de paz, termos e comarcas. No distrito, constituído por, no mínimo, 75 casas, haveria um juiz de paz eleito nas localidades, que contava com um escrivo, inspetores de quarteirões e oficiais de justiça.

Ademais, o **tribunal do júri** incumbiu juízes de direito e juízes leigos (civis) de julgar casos referentes à ordem pública, descentralizando-se o poder do Estado. O **habeas corpus**, mecanismo pelo qual o indivíduo pode ser considerado inocente até o seu julgamento, foi uma medida incorporada também na regência.

Gabarito: A

15. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

Sobre a Regência Una e a eleição de Feijó, assinale a alternativa correta.

- A) O contexto que antecede a eleição de Feijó como regente único está marcado pela divisão política em dois grupos: os progressistas que apoiavam o Ato Adicional de 1834 e aqueles que se opunham a ele, os regressistas.
- B) O Ato Adicional que viria a orientar as ações políticas da Regência Una tinha como proposta a centralização do poder em mãos de um regente único, ao passo que buscava a mesma unidade centralizadora para as províncias através do combate à autonomia local.
- C) Com a eleição de Feijó, as Assembleias Legislativas que possuíam caráter apenas consultivo cederam espaço aos Conselhos Provinciais, agora com amplos poderes de legislação nas áreas civil e militar.
- D) A vitaliciedade do Senado foi extinta, promovendo o declínio dos restauradores e a resposta aos anseios dos exaltados.
- E) A Vitória de Feijó representou a vitória dos regressistas e a estabilidade entre as principais forças políticas.

Comentários

A questão aborda o período da Regência Uma do Padre Diogo Feijó, entre 1835 e 1837. Vamos às alternativas:

- A) **Correta.** Neste período, houve a formação de dois grupos políticos, os **progressistas** e os **regressistas**, que dariam origem, respectivamente, ao Partido Liberal e Conservador.
- B) **Incorreta.** O **Ato Adicional** foi instituído em 1834, durante a Regência Trina Permanente e estabeleceu a Regência Uma a partir de 1835. Nele, procurava-se a maior autonomia das províncias, em contraste à Constituição de 1824, centralizadora.
- C) **Incorreta.** Os Conselhos Provinciais, existentes desde a Constituição de 1824, foram substituídos pelas Assembleias Legislativas Provinciais através do Ato Adicional de 1834.
- D) **Incorreta.** Durante a regência de Feijó, a vitaliciedade do Senado foi mantida.



E) **Incorreta.** Feijó fundou o Partido Progressista que, posteriormente, daria origem ao Partido Liberal.

Gabarito: A

16. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

O processo de constituição do Estado nacional brasileiro estendeu-se pelo século XIX, após ter sido iniciado pelo imperador D. Pedro I. Sobre o referido processo, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

I. O Brasil assinou o Tratado de Paz e Aliança com Portugal que, entre outros fatores, obrigava D. Pedro I a ceder o título honorário de Imperador do Brasil a D. João VI e a não aceitar união com qualquer outra colônia portuguesa.

II. Foi adotada uma política livre-cambista que, apesar da tentativa de fomentar a indústria nacional, fracassou em função dos baixos preços dos produtos britânicos.

III. A Constituição outorgada em 1824 classificou, para fins eleitorais, os cidadãos em: cidadãos passivos - não alcançavam renda suficiente para ter direitos políticos; cidadãos ativos votantes - os que possuíam renda suficiente para votar; cidadãos ativos eleitores elegíveis - os que tinham renda suficiente para ser eleito.

IV. A Confederação do equador foi um momento crítico daquele período e se caracterizou pela liderança das elites de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará. Paraíba e Bahia, atingidos pela crise dos produtos típicos da região como o açúcar e o algodão.

- A) Somente I e II estão corretas.
- B) Somente II e IV estão corretas.
- C) Somente I, II e III estão corretas.
- D) Somente I, III e IV estão corretas.
- E) Somente II, III e IV estão corretas.

Comentários

A questão apresenta aspectos da formação do Estado Nacional Brasileiro no século XIX. A esse respeito, vamos às afirmações:

I. **Correta.** O Tratado de Paz e Aliança foi assinado em 1825, entre D. João VI (rei de Portugal) e D. Pedro I (Brasil), tendo reconhecido, **oficialmente**, a Independência brasileira de 1822. De acordo com ele, o governo brasileiro deveria pagar uma **indenização para Portugal aceitar a sua independência**. Ademais, D. João VI ainda preservaria o título de imperador do Brasil.

II. **Correta.** A venda de produtos, através do **livre-cambismo**, não vigorou com sucesso, tendo em vista a concorrência de produtos vindos, por exemplo, da Inglaterra e a tentativa de desenvolver as indústrias no Brasil.



III. **Correta.** A partir da Constituição de 1824, eram considerados cidadãos brasileiros os homens livres e libertos (ex-escravos) nascidos no Brasil. Ademais, quem tivesse nascido em Portugal, mas que residisse no Brasil e tivesse aderido à Independência, também foram considerados cidadãos.

IV. **Incorreta.** A **Confederação do Equador foi um movimento político e revolucionário ocorrido no Nordeste brasileiro, no ano de 1824. Possui um caráter emancipacionista e republicano e teve início na província de Pernambuco, tendo se espalhado para outras províncias, como Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Sua liderança foi pautada por uma grande participação popular.**

Gabarito: C

17. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

Sobre o período regencial no Brasil e a política externa (ultramarina) recolonizadora, assinale a alternativa correta.

- A) O contexto é marcado pelas ideias da Revolução de Porto e tal política tinha o objetivo de pressionar o então príncipe-regente, D. Pedro, a permanecer no Brasil e fortalecer o estatuto do reino.
- B) A política recolonizadora buscou enviar de volta a Portugal as tropas mais próximas ao regente e fortalecer o Brasil com os grupos que apoiavam a política das cortes, a exemplo, das tropas no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.
- C) Buscou-se fortalecer a imagem e autoridade do príncipe, com a criação de repartições e contratação de funcionários, principalmente para os tribunais.
- D) Foram extintas as juntas governamentais das províncias e a comunicação entre as cortes lusitanas e a colônia passaram a ser realizadas diretamente entre Lisboa e Rio de Janeiro.
- E) Foram reduzidas as taxas alfandegárias para os produtos transportados em navios estrangeiros.

Comentários

A questão apresenta alguns problemas na formulação do enunciado, visto que fala sobre o Período Regencial, no entanto, não aquele existente entre 1831 e 1840, mas aquele a partir da elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. Neste sentido, um enfoque especial é dado à questão **recolonizadora**, que procurou enviar de volta as tropas mais próximas ao príncipe regente, D. João VI.

O termo foi utilizado, inicialmente, para designar a intenção das Cortes portuguesas em restaurar o domínio de Portugal sobre o Brasil, tendo causado problemas desde o seu surgimento, o que favoreceu a Independência do Brasil, em 1822.

Gabarito: B





1. (EsSA-2018)

Qual importante medida administrativa foi tomada em 1834, realizada a partir da modificação na constituição brasileira?

- A) A Abertura dos Portos às nações amigas.
- B) A cidade do Rio de Janeiro tornou-se município neutro.
- C) A assinatura das Tarifas Alves Branco.
- D) A aprovação da Lei de Terras.
- E) Assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra.

2. (EsSA 2015)

A primeira constituição do Brasil, de 1824, estabelecia uma organização do sistema político em quatro poderes. Além dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, havia o poder:

- A) Absoluto.
- B) Hierárquico.
- C) Moderador.
- D) Régio.
- E) Patriarcal.

3. (EsSA 2012)

Em 1831, durante o Período Regencial, em resposta às agitações militares e populares, criou-se pelos moderados o (a)

- A) Guarda Nacional.
- B) Conselho de Estado.
- C) Clube da Maioridade.
- D) Regência Una de Feijó.
- E) Código do Processo Criminal.



4. (EsSA 2011)

No dia 25 de março de 1824, D. Pedro I outorgou a primeira Constituição brasileira, que tinha como características o(a)

- A) religião católica e voto universal.
- B) Poder Moderador e Senado vitalício.
- C) liberdade administrativa às províncias e voto censitário.
- D) magistrados nomeados pelo imperador e religião protestante.
- E) voto extensivo às mulheres e Poder Moderador.

5. (Col. Naval 2016)

Observe a charge a seguir:



É correto afirmar que a charge acima faz referência:

- A) à Constituição de 1824, na qual destacamos, entre outros aspectos, a criação do Poder Moderador de uso exclusivo do imperador que também era chefe do Legislativo e do Judiciário.
- B) ao período das Regências, mais precisamente a Regência Una do Padre Diogo Feijó a qual se caracterizou por ser de orientação mais liberal e descentralizadora.
- C) ao início do Segundo Reinado, quando D. Pedro II sobe ao poder, a partir de um arranjo político entre Liberais e Conservadores que ficou conhecido como Golpe da Maioridade.
- D) ao período das Regências, destacando-se o momento da implantação da Regência Una que substituiu a Regência Trina Provisória de 1831, tendo a frente o Padre Diogo Feijó.
- E) à convocação da Assembleia Constituinte de 1823, a qual foi dissolvida pelos Conservadores no que ficou conhecido como noite da agonia, por se tentar limitar os poderes do imperador.

6. (Col. Naval 2015)

Pernambuco foi um verdadeiro “barril de pólvora” ao longo da história política do Brasil, desde o período colonial até o Segundo Reinado. Pelas mais variadas razões e circunstâncias, ocorreram nesta região alguns movimentos de rebelião contra o sistema político vigente. Dentre esses diversos movimentos é correto afirmar que:

A) a Insurreição Pernambucana (1645-54) eclodiu em razão dos desentendimentos entre os luso-brasileiros e os holandeses devido à mudança na política econômica exercida pelo Conde Maurício de Nassau que proibiu a instalação das Câmaras dos Escabinos.

B) a Confederação do Equador ocorrida em 1824, e que se espalhou para várias regiões do nordeste, foi um movimento contrário ao absolutismo de D. Pedro I devido, sobretudo, à emenda constitucional conhecida como Ato Adicional.

C) a Revolução Pernambucana em 1817 foi um movimento que teve como uma das principais causas a contestação ao aumento da carga tributária, em parte para custear as despesas da corte Joanina no Rio de Janeiro.

D) a Guerra dos mascates (1710-1711) que envolveu a elite açucareira recifense e a elite comercial de Olinda eclodiu em razão do descontentamento dos mascates quanto à autonomia de Recife em relação à Olinda.

E) a Revolução Praieira (1848-1850) está inserida em um contexto de insatisfação em relação ao governo regencial devido à forte centralização imposta pelo partido Conservador.

7. (Col. Naval 2014)

Sobre a Guarda Nacional, é correto afirmar que:

A) foi criada logo após o início da Guerra do Paraguai e complementou o efetivo brasileiro, destacando-se na batalha do Curupaiti.

B) era um corpo de elite do Exército brasileiro, também conhecido como “Voluntários da Pátria” e que se tornou famoso devido à repressão aos cabanos.

C) era uma força paramilitar, criada durante o Primeiro Reinado, e que teve uma importante participação na consolidação da independência brasileira.

D) era formada por milícias civis, comandadas pelos grandes fazendeiros, e um de seus objetivos era reprimir movimentos sociais que ameaçassem o governo e as elites.

E) foi criada pelo ministro da justiça Antonio Feijó e foi extinta durante o Segundo Reinado, após participar de vários motins ocorridos no Rio de Janeiro.

8. (Espcex (Aman) 2016)

Pedro I abdicou do trono, em 1831, em favor de seu filho Pedro de Alcântara, iniciando-se no Brasil o Período Regencial. A partir de 1840 e durante todo o período imperial, a vida política do País passou a ser dominada pelos:



- A) liberais e conservadores.
- B) conservadores e socialistas.
- C) liberais e republicanos.
- D) comunistas e republicanos.
- E) liberais e anarquistas.

9. (EsPCEx - Cadete do Exército / 2012)

Era “exclusivo do imperador e definido pela Constituição como 'chave mestra de toda organização política'. Estava acima dos demais poderes”.

(COTRIM, 2009).

O texto em epígrafe aborda a criação no Brasil, pela Constituição de 1824, do Poder:

- A) Moderador.
- B) Justificador.
- C) Executivo.
- D) Judiciário.
- E) Legislativo.

10. (EsPCEx - Cadete do Exército / 2008)

De 1831 a 1840, o Brasil vivenciou um período (...) em que diferentes grupos disputavam o poder. Como resultado, instalou-se um clima de grande instabilidade que propiciou a irrupção de conflitos em inúmeros pontos do país.”

(KOSHIBA; PEREIRA, 2003)

A cabanagem foi um dos conflitos ocorrido nesse período.

Assinale a alternativa que corresponde a tal conflito.

- A) Ocorreu no atual estado do Rio Grande do Sul, liderado pelos criadores de gado das fronteiras com o Uruguai.
- B) Foi planejado e contava com participantes que haviam tido experiências anteriores de combates na África, e objetivava promover a independência de Salvador e do Recôncavo Baiano.
- C) Foi um movimento conduzido por camadas populares do atual estado do Pará, que viviam marginalizadas na Região Amazônica.
- D) Foi uma rebelião contra o poder central, ocorrida na Bahia, e que contava com a camada média da sociedade baiana.



E) Ocorreu no atual estado do Maranhão e foi conduzida por um grupo de vaqueiros que visava combater os privilégios dos cidadãos de origem portuguesa e o absolutismo de D. Pedro.

11. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2013)

Sobre a rebelião regencial conhecida por Cabanagem, marque a opção correta.

- A) A intenção mais pungente do movimento foi o fim do regime de semiescavidão imposto à Província do Grão-Pará.
- B) As perspectivas políticas e sociais dos cabanos e dos seus líderes tinham como espelho o governo regencial, embora pregassem a transferência do poder do Rio de Janeiro para o Pará.
- C) A rebelião fracassou pela ausência de um sentimento comum de identidade, já que os cabanos eram formados por povos de culturas e etnias diferentes.
- D) O movimento adquiriu ares revolucionários internacionais com a morte de autoridades diplomáticas e a possibilidade de invasão de territórios nas Guianas e no Caribe.
- E) Na sua prática, o movimento não conseguiu sair do território do Pará, devido à falta de unidade do projeto político pensado pelos seus líderes.

12. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2013)

Analise as afirmativas sobre a Constituição de 1824 e marque a opção correta.

- I. O texto constitucional considerou sagrada, inviolável e irresponsável a pessoa do Imperador.
- II. A constitucionalização da nação brasileira foi uma decorrência do respeito do Imperador à Assembleia Constituinte que se incumbiu da elaboração da Carta.
- III. A Constituição estabeleceu que todos os portugueses residentes no Brasil naquele momento seriam considerados brasileiros.

- A) Somente I é correta.
- B) Somente II é correta.
- C) Somente III é correta.
- D) Somente I e II são corretas.
- E) Somente I e III são corretas.

13. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2012)

Analise as afirmativas abaixo e marque a resposta correta.



- I. A Constituição brasileira de 1824, esquivando-se do federalismo, estabeleceu o sistema monárquico unitário para o País.
- II. A Confederação do Equador, cujo centro de gravidade foi a Província de Pernambuco em 1824, foi um movimento de reação ao processo de centralização comandado por D. Pedro I.
- III. A Constituição de 1824, outorgada pelo Imperador, foi facilmente aceita pelas regiões, pois eram frágeis as aspirações localistas naquele contexto político da história brasileira.
- A) Somente I é verdadeira.
- B) Somente II é verdadeira.
- C) Somente III é verdadeira.
- D) Somente I e II são verdadeiras.
- E) Somente II e III são verdadeiras.

14. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2011)

O longo período regencial da monarquia brasileira (1831-1840) teve como um dos seus mais caros debates o que girou em torno das ideias e práticas de descentralização e de centralização. Assinale a opção que contém exclusivamente medidas de cunho descentralizador, considerando a expressiva maioria da opinião dos historiadores:

- A) Ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – Tribunal do Júri – habeas corpus.
- B) Ato Adicional – Lei de Interpretação do Ato Adicional – habeas corpus.
- C) Tribunal do Júri – ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – reforma do Código de Processo Criminal.
- D) Lei de Interpretação do Ato Adicional – Tribunal do Júri – reforma do Código de Processo Criminal.
- E) Ampliação das prerrogativas dos juízes de paz – Tribunal do Júri – Interpretação do Ato Adicional.

15. (EsFCEEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

Sobre a Regência Una e a eleição de Feijó, assinale a alternativa correta.

- A) O contexto que antecede a eleição de Feijó como regente único está marcado pela divisão política em dois grupos: os progressistas que apoiavam o Ato Adicional de 1834 e aqueles que se opunham a ele, os regressistas.
- B) O Ato Adicional que viria a orientar as ações políticas da Regência Una tinha como proposta a centralização do poder em mãos de um regente único, ao passo que buscava a mesma unidade centralizadora para as províncias através do combate à autonomia local.



- C) Com a eleição de Feijó, as Assembleias Legislativas que possuíam caráter apenas consultivo cederam espaço aos Conselhos Provinciais, agora com amplos poderes de legislação nas áreas civil e militar.
- D) A vitaliciedade do Senado foi extinta, promovendo o declínio dos restauradores e a resposta aos anseios dos exaltados.
- E) A Vitória de Feijó representou a vitória dos regressistas e a estabilidade entre as principais forças políticas.

16. (EsFCEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

O processo de constituição do Estado nacional brasileiro estendeu-se pelo século XIX, após ter sido iniciado pelo imperador D. Pedro I. Sobre o referido processo, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.

I. O Brasil assinou o Tratado de Paz e Aliança com Portugal que, entre outros fatores, obrigava D. Pedro I a ceder o título honorário de Imperador do Brasil a D. João VI e a não aceitar união com qualquer outra colônia portuguesa.

II. Foi adotada uma política livre-cambista que, apesar da tentativa de fomentar a indústria nacional, fracassou em função dos baixos preços dos produtos britânicos.

III. A Constituição outorgada em 1824 classificou, para fins eleitorais, os cidadãos em: cidadãos passivos - não alcançavam renda suficiente para ter direitos políticos; cidadãos ativos votantes - os que possuíam renda suficiente para votar; cidadãos ativos eleitores elegíveis - os que tinham renda suficiente para ser eleito.

IV. A Confederação do equador foi um momento crítico daquele período e se caracterizou pela liderança das elites de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará. Paraíba e Bahia, atingidos pela crise dos produtos típicos da região como o açúcar e o algodão.

- A) Somente I e II estão corretas.
- B) Somente II e IV estão corretas.
- C) Somente I, II e III estão corretas.
- D) Somente I, III e IV estão corretas.
- E) Somente II, III e IV estão corretas.

17. (EsFCEx - Exército Brasileiro - Oficial / 2010)

Sobre o período regencial no Brasil e a política externa (ultramarina) recolonizadora, assinale a alternativa correta.



- A) O contexto é marcado pelas ideias da Revolução de Porto e tal política tinha o objetivo de pressionar o então príncipe-regente, D. Pedro, a permanecer no Brasil e fortalecer o estatuto do reino.
- B) A política recolonizadora buscou enviar de volta a Portugal as tropas mais próximas ao regente e fortalecer o Brasil com os grupos que apoiavam a política das cortes, a exemplo, das tropas no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia.
- C) Buscou-se fortalecer a imagem e autoridade do príncipe, com a criação de repartições e contratação de funcionários, principalmente para os tribunais.
- D) Foram extintas as juntas governamentais das províncias e a comunicação entre as cortes lusitanas e a colônia passaram a ser realizadas diretamente entre Lisboa e Rio de Janeiro.
- E) Foram reduzidas as taxas alfandegárias para os produtos transportados em navios estrangeiros.





1. Alternativa B
2. Alternativa C
3. Alternativa A
4. Alternativa B
5. Alternativa B
6. Alternativa C

7. Alternativa D
8. Alternativa A
9. Alternativa A
10. Alternativa C
11. Alternativa D
12. Alternativa A

13. Alternativa D
14. Alternativa A
15. Alternativa A
16. Alternativa C
17. Alternativa B



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Muito bem querido(a) aluno. Se chegou até aqui é um bom sinal: o de que tentou praticar todos os exercícios. Não se esqueça da importância de ler a teoria completa e sempre consultá-la. Não esqueça dos seus objetivos e dedique-se com toda a força para alcançá-los. Sonhe alto, pois “quem sente o impulso de voar, nunca mais se contentará em rastejar”. Te encontro na nossa próxima aula.

Bons estudos, um grande abraço e foco no sucesso.

Até logo...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.

